

ARTIGOS





INOCÊNCIA: VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA NA LITERATURA COLONIAL

Nincia Cecilia Ribas Borges Teixeira*

Resumo – O artigo tem por objetivo a investigação acerca da violência na literatura na obra *Inocência*, do escritor Visconde de Taunay. Na análise, foram importantes os conceitos relacionados à violência de gênero para entender a construção dos estatutos e poderes de gênero. Também se analisa, no romance, como as representações de gênero podem impor modelos identitários, incluindo a masculinidade associada à força e a defesa da honra por meio da violência e a feminilidade ligada à maternidade, bondade, resignação, submissão e passividade.

Palavras-chave: violência, mulher, literatura colonial, patriarcalismo, relações de gênero.

Nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade, talvez, adormecida mas que, no entanto, está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada, a nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar
(FOUCAULT, 2003, p. 113).

INTRODUÇÃO

A literatura é importante instrumento de construção e confirmação da identidade nacional. Tentando construir um modelo de Estado nacional, alguns autores do século XIX produziram as chamadas ficções de fundação, cujo projeto pacificador, unificador e conciliador, naturalmente, excluía qualquer crítica direta da realidade ou debate sobre projetos alternativos de construção nacional. Pode-se apontar, também, a literatura como um mecanismo que pode dar voz a silêncios e ocultamentos sociais e identitários.

* Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Professora Associada na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), no Departamento de Letras e no Mestrado em Letras.

As identidades sociais de homens e mulheres exprimem o conjunto de normas e valores que, condicionado às representações e práticas sociais, revela as características do modelo cultural de feminilidade e masculinidade. Essa configuração passa a orientar o conjunto de elementos e dimensões que permitem a existência de identidades diferenciadas de mulheres e homens compatibilizadas num universo que define os pressupostos do feminino e do masculino. Isso permite que essa construção seja um processo que acompanha todo o ciclo de vida e, neste, os papéis e as funções que as pessoas foram assumindo passam a ser determinantes para a integração na vida social, acentuando, assim, a diferença sexual que naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres.

Embora a dominação masculina seja realizada por meio de múltiplos instrumentos e meios de referência, o corpo e as diferenças anatômicas entre os seres humanos são o texto de cultura que expressa, por excelência, o modelo que subalterniza as experiências e as vidas das mulheres.

A partir da metade do século XIX até depois da Primeira Guerra Mundial, o panorama econômico e cultural do Brasil mudou profundamente. A industrialização e a urbanização alteraram a vida cotidiana, particularmente das mulheres, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar etc. Essas mudanças trouxeram o contato com comportamentos e valores de outros países, os quais passaram a ser confrontados com os costumes patriarcais ainda vigentes, embora enfraquecidos.

A economia colonial gerou a formação de uma sociedade na qual a mulher ocupava uma posição peculiar, afetando grandemente sua imagem durante anos. Mantendo-se em segundo plano em relação ao homem, as mulheres eram submissas aos rígidos preceitos éticos, morais e sociais da época, tais como castidade e outros.

Segundo Saint-Hilaire (1940, p. 137-138), a condição da mulher brasileira era tão inferior que sua posição na escala social podia ser comparada à de um cão: "[...] Cercado de escravos, o brasileiro habitua-se a não ver senão escravos. Entre os seres sobre [sic] os quais tem superioridade, seja pela força [sic], seja pela inteligência. A mulher é, muitas vezes [sic], a primeira escrava da casa, o cão é o último".

O período colonial brasileiro apresenta uma configuração na qual podem ser identificados traços das estruturas feudais europeias, da estrutura patrimonialista que se desenvolvia na época, e a exploração da mão de obra escrava. No regime patriarcal, o homem tendia a transformar a mulher num ser diferente dele, criando jargões do tipo "sexo forte" e "sexo frágil".

A família patriarcal era o mundo do homem por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração era receber as boas graças do patriarca. Nesse universo masculino, os filhos mais velhos também desfrutavam imensos privilégios, especialmente em relação a seus irmãos. E os homens em geral dispunham de infinitas regalias, a começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras com

criadas e ex-escravas, desde que fosse guardada certa discrição, enquanto às mulheres tudo era proibido, desde que não se destinasse à procriação.

Para Cerdeira (2011), no Brasil colonial, a diferenciação parecia estar em todas as esferas. A sociedade patriarcal agrária extremava essa diferenciação, criando um padrão duplo de moralidade, no qual o homem era livre e a mulher, um instrumento de satisfação sexual. Esse padrão duplo de moralidade permitia também ao homem desfrutar do convívio social, dava-lhe oportunidades de iniciativa, enquanto a mulher cuidava da casa, dedicava-se aos filhos e dava ordens às escravas.

As mulheres brancas submetiam-se, sem contestação, ao poder do patriarca. Eram ignorantes e imaturas e casavam-se antes dos 15 anos. Ao contrair matrimônio, passavam do domínio paterno para o domínio do marido. Raramente saíam à rua e, quando o faziam, iam à igreja acompanhadas. Nessa sociedade, a mulher estava destinada ao casamento e a única possibilidade disponível para fugir do domínio do pai ou do marido era a reclusão em um convento. "[...] Embora algumas se tenham transformado em respeitáveis matronas, com considerável poder de mando sobre a escravaria doméstica, sua esfera de autoridade conservava-se nitidamente distinta do setor em que imperava o patriarca" (SAFFIOTI, 1987, p. 177).

O limitado contato social e a cultura restrita tornavam a mulher mais conservadora que o homem e, conseqüentemente, o elemento de estabilidade da sociedade. Para Mary Del Priore (1993), as relações de gênero serviram para a construção de estereótipos que estiveram presentes no cotidiano colonial e que, mais tarde, estariam presentes na historiografia, determinando uma maneira de ser da mulher brasileira. A diferenciação étnica da mulher determinava sua respectiva função social no Brasil colonial. Enquanto a nativa e, mais tarde, a negra contribuíam com o corpo e o trabalho, a mulher branca trazia da metrópole o modo de viver e a maternidade, que garantia o alvoro da pele. Gilberto Freyre afirma que a estrutura econômica da Colônia, apoiada no poder do capitalismo mercantil, recebia reforços reais para a manutenção do poder patrimonial, que se fundamentava na propriedade e na exploração lucrativa da terra, em oposição às relações capitalistas de produção que se formavam na Europa renascentista.

Muito embora os grupos familiares fossem muito dispersos e vivessem basicamente da exploração da terra, era a família que exercia o máximo das funções sociais. Essa instituição se firmou no Brasil como o centro de produção econômica, religiosa e política, sobre a qual nenhuma outra instituição tinha poder. A base dessa família era o casamento e seguia as leis civis instituídas em Portugal, e os casamentos eram, *a priori*, realizados entre grupos de convívio ou parentelas, de modo a não dispersarem os patrimônios adquiridos. Contraídos dentro de um mesmo grupo, fortalecendo-o na preservação do patrimônio e, conseqüentemente, do poder, o casamento era uma das instituições que mais contribuía para a dominação política e econômica da sociedade brasileira.

INOCÊNCIA E VIOLÊNCIA: ECOS LITERÁRIOS

O artigo analisa situações de violência na qual a personagem Inocência, da obra de Visconde de Taunay, é a protagonista. Na análise, optou-se pelo cruzamento entre a narrativa de suas ações com a categoria violência de gênero. Segundo Joan Scott, a ênfase sobre todo um sistema de relações, que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. A autora entende também que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 7-14). Scott relaciona gênero com a noção de poder e não estabelece fronteiras fixas entre mulheres e homens. Já a categoria violência de gênero será aqui adotada em relação às situações de conflitos entre as pessoas de várias identificações sexuais cujas ações estão relacionadas às construções de gênero.

O estudo de obras literárias em relação às violências contra e das mulheres nos ajuda a entender as diferentes operações que nivelam as formas de vermos o mundo e, na pior das hipóteses, contribuem para as desigualdades de gênero.

Violência, para Marilena Chauí (1985), é uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com a finalidade de dominar, explorar e oprimir. Essa ação violenta trata a mulher dominada como um objeto, e não como sujeito. A mulher é silenciada, tornando-se dependente e passiva, em relação ao homem. Essa mulher, dessa forma, perde a sua liberdade, ou seja, sua “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (CHAUÍ, 1985, p. 36).

Pierre Bourdieu (2010, p. 47) aborda a questão da violência simbólica, “[...] doce e quase sempre invisível”, uma espécie de poder psicológico que o dominador exerce em relação ao dominado. Bourdieu (2010, p. 7) afirma:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, de reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento.

O homem se sente dominador e expressa violência em relação à mulher porque, segundo Rosiska Darcy de Oliveira (1999, p. 40), por muito tempo, as mulheres foram consideradas um ser inferior, pois a:

[...] cultura masculina alimentou representações das mulheres como seres anfíbios, mais instintuais que os homens: alheias à Razão, rebeldes à domesticação [...]. Naturalizadas, as mulheres não foram incorporadas ou tornadas significativas na cultura humana/masculina.

O confinamento do sexo feminino em uma relação limitada com apenas alguns aspectos do meio ambiente [...] traduziu-se em desigualdade de status e poder, tornando-se hierarquia que [...] passou a ser percebida como um dado do comportamento humano, inscrita no corpo e por ele ditado, e que as representações mitológicas e ideológicas só fizeram confirmar.

Nesse sentido, sendo as mulheres seres inferiores, os homens acharam-se no direito de dominá-las e maltratá-las. Blay (2003, p. 87) afirma que "[...] agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países [...]".

A condição "feminina" se expressa na maternidade, e é base para a diferenciação social entre os papéis femininos e masculinos, papéis esses que se convertem em desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres. Como expressa Chauí (1985, p. 47), "definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), [as mulheres] são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros".

Assim, ao contrário do sujeito masculino, o sujeito feminino é um ser "dependente", destituído de liberdade para pensar, querer, sentir e agir autonomamente.

A perspectiva feminista e marxista do patriarcado, introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti, é a corrente teórica que orienta os trabalhos sobre violência contra as mulheres. Diferentemente da abordagem da dominação adotada por Chauí, essa perspectiva vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Nas palavras de Saffioti (1987, p. 50),

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

A violência contra as mulheres, conforme Saffioti (1987), resulta da socialização machista. Em virtude de sua formação de macho, o homem se julga no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma esse "destino" como natural.

A literatura expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais. Essas visões são constituídas pela vivência histórica desses grupos, formada pela ação dos indivíduos, que são construtores dessa experiência. São elas que compõem a prática social dos sujeitos e seus grupos sociais. A obra literária carrega consigo diversos aspectos sociais da realidade que visa retratar. Os personagens, o enredo, os conflitos advindos da ficção cumprem uma função social ao criar um espaço de interação de valores sócio-históricos entre os sujeitos aí envolvidos (autor e leitor); a literatura só existe nesse intercâmbio social.

O romance *Inocência* faz parte da tendência regionalista que se manifestou na prosa brasileira no século XIX. Foi escrito por Alfredo d'Escagnolle Taunay, sob o pseudônimo de Sílvio Dinarte, em 1872, com o subtítulo de "narrativa campestre". Baseada em observações do autor no sertão mato-grossense, a obra é um dos pontos altos do regionalismo romântico brasileiro. Essa observação da realidade regional leva alguns críticos a considerar *Inocência* uma obra de antecipação realista, já escapando aos modelos idealizantes românticos. No entanto, Lúcia Miguel Pereira (1988, p. 87) assevera: "Não é [...] *Inocência* um romance realista, porque só na formação do ambiente o ousou ser Taunay; as figuras humanas ainda pertencem ao convencionalismo romântico, isto é, encarnam cada uma um tipo ideal, com todas as suas características".

Taunay evita o sentimentalismo exagerado de outros escritores românticos, enquadra perfeitamente a história no contexto dos costumes sertanejos, dando-lhe um tom verossímil que envolve o leitor do começo ao fim. Bom conhecedor da região e observador atento, Taunay descreve o espaço com detalhes realistas e explora muito bem a linguagem pitoresca dos personagens, dando fluidez e sabor aos diálogos.

O tema é romântico por excelência – a morte por amor –, mas também é a expressão de uma visão crítica dos antiquados costumes sociais brasileiros, sobretudo do autoritarismo desmedido dos pais. Estabelece-se uma articulação entre certas condições históricas particulares que, constituindo o pano de fundo sobre o qual se opõe e em que se integra à literatura, afetam-na, sugerindo-lhe a temática e o tratamento desta, em face de algumas das expectativas e pressões que atingem o escritor brasileiro.

Afrânio Coutinho (1970, p. 458) declara que o romance

[...] é uma história sentimental estruturada segundo os moldes do melhor romance romântico, mas Taunay quis enriquecê-la de valores secundários reais, objetivos, retirados da vida imediata. Nem sempre, porém, foi capaz de utilizar esses valores como romancista, de integrá-los de modo adequado no mundo de *Inocência*. Daí o seu realismo, cópia fiel de alguns detalhes da realidade, mas ainda longe de ser a visão realista do mundo, que apareceria em romancistas posteriores.

Na obra *Inocência*, a personagem-título é a personificação da mulher como ser oprimido e reflete o quadro da inferiorização da mulher, numa sociedade pautada pelos ideais patriarcais. *Inocência* demonstra uma total alienação do ser, ela apenas sobrevive, diante da violência silenciosa que a rondava. Sem percepção do mundo, nem de si mesma, não conseguia captar os acontecimentos que a cercavam.

Inocência representa o quadro da alienação da mulher daquela época, ainda que de maneira um tanto caricata. Para a sociedade, o pensamento feminino não tinha a menor relevância, era preciso não pensar. Pereira, o pai opressor, não escondia de ninguém seu posicionamento acerca da mulher:

– Eu repito, disse ele com calor, isto de mulheres, não há o que fiar. Bem faziam os nossos do tempo antigo. As raparigas andavam direitinhas que nem fuso... Uma piscadela de olho mais duvidosa, era logo pau... Contaram-me que hoje lá nas cidades... arrenego!... não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de fôrma e garratujar no papel... que deixe de ir a fonçonatas com vestidos abertos na frente como raparigas fadistas e que saracoteiam em danças e falam alto e mostram os dentes por dá cá aquela palha com qualquer tafulão malcriado... pois pelintras e beldroegas não faltam... Cruz!... Assim, também é demais; não acha? Cá no meu modo de pensar, entendo que não se maltratam as coitadinhas, mas também é preciso não dar asas às formigas... Quando elas ficam taludadas, atamanca-se uma festança para casá-las com um rapaz decente ou algum primo, e acabou-se a história. [...] (TAUNAY, 1999, p. 47).

Com um discurso autoritário, sustentado por uma relação de autoridade do enunciador e pela instituição de um interlocutor ideal (SARLO, 1991), a figura do pai é performática e visa à sujeição ou eliminação de outrem, nesse caso a figura feminina, impondo articulação do poder, verdades e sentidos únicos ao campo simbólico.

– É o que lhe digo!... Por acaso sou cobra de duas cabeças que não veja?... Ah! que peso uma filha! Ah! E então uma menina que já está apalavrada... Isto é uma anarquia! Que diria meu genro, o Manecão?...
– Não poderá dizer nada, retrucou o moço. E que diga, não faltará quem queira sua filha...
– Louvado Deus, não decerto! Eu é que não quero que ela ande de mão em mão... Ou casa com o Doca ou...
– Ou... o quê? perguntou Cirino com inquietação, mas fingindo pouca curiosidade.
– Ou mato a quem lhe vier transtornar a cabeça... Comigo ninguém há de tirar farofa!... E não hei de ter mil cuidados quando vejo este estranja estar com suas macaquices a dar no fraco das mulheres? (TAUNAY, 1999, p. 61).

Observa-se que o pai de Inocência, de um lado, defende a ideia do sexo frágil, como se as mulheres precisassem de um homem que as defendesse. Inocência é retratada com características esperadas de uma mulher: docilidade, delicadeza e, principalmente, submissão. Por outro lado, Seu Pereira continua fazendo críticas à mulher como se fosse ela um fardo difícil de carregar "Ah! que peso uma filha!".

Em *Inocência*, o conceito de honra da família no que diz respeito à sexualidade está nas mãos da mulher: a filha solteira que perde a virgindade desonra a família, sobretudo o pai; a esposa infiel desonra o marido. Na família patriarcal, exige-se que a mulher seja o exemplo da virtude: as esposas devem manter a fidelidade conjugal; as filhas devem conservar sua integridade himenial até que seja consumado o ato sagrado da união conjugal. Enquanto,

aos homens, estimula-se o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade, na mulher, tal atitude é condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Na obra, o pai de Inocência verbaliza sua ideologia patriarcal demonstrando toda a carga de violência contra a condição feminina:

– Esta obrigação de casar as mulheres é o diabo!... Se não tomam estado, ficam juraras e fanadinhas...; se casam podem cair nas mãos de algum marido malvado... E depois, as histórias!... Ih! meu Deus, mulheres numa casa, é coisa de meter medo... São redomas de vidro que tudo pode quebrar... Enfim, minha filha, enquanto solteira, honrou o nome de meus pais... O Manecão que se agunte, quando a tiver por sua... Com gente de saia não há que fiar... Cruz! botam famílias inteiras a perder, enquanto o demo esfrega um olho.

Se houvesse a profanação da virgindade, a mulher deveria ser injuriada e abandonada pelo próprio pai, devendo arcar com o peso de seu erro. Namorados, quando descobrissem que estavam sendo enganados, pois a amada não era mais donzela, imediatamente poderiam escorraçar, humilhar e a abandonar. Para a sociedade colonial, tanto a perda da virgindade como a infidelidade no casamento eram comparadas à prostituição.

Na narrativa de Taunay, Inocência desafia o pai em nome de um amor verdadeiro. Isso não significa que, para tal, tenha de afrontar todo o poder de seu pai, que pretende lhe dar um outro destino, e, num certo sentido, utilizá-la como objeto de permuta ao entregá-la em casamento a Manecão, não a quem ela ama, mas a quem interessa a seu pai. É nesse sentido que Inocência demonstra certa força, ao desafiar o poder patriarcal, mesmo sofrendo violência ostensiva, como se pode observar:

O pai agarrara-a pela mão, obrigando-a a curvar-se toda. Depois, com violento empurrão, arrojou-a longe, de encontro à parede. Caiu a infeliz com abafado gemido e ficou estendida por terra amparando o peito com as mãos. Mortal palidez cobria-lhe as faces e de ligeira brecha que se abria na testa deslizavam gotas de sangue. Ia Pereira precipitar-se sobre ela como para esmagá-la debaixo dos pés, mas parou de repente e, levando as mãos ao rosto, ocultou as lágrimas que dos olhos lhe saltavam a flux (TAUNAY, 1999, p. 66).

No que diz respeito à violência, Souza (2007, p. 47) afirma que:

É uma ação que simplesmente não considera a outra pessoa, ou melhor, a considera como uma coisa, numa relação em que o outro não fala e se torna um objeto. Ela não precisa ser necessariamente de ordem física, também se manifesta em seu aspecto psicológico, ou simbólico, em suas formas sutis e quase imperceptíveis.

A atitude opressora e humilhante de Seu Pereira era uma prática comum, fato que reforça ainda mais a relação de poder do dominador sobre o dominado no cenário colonial brasileiro. Ao analisar de que forma a mulher é representada na obra de Taunay, verifica-se que muito ela conquistou no decorrer do século XX e início do XXI. O aspecto mais relevante é que a mulher pode se dedicar ao trabalho e ao seu desenvolvimento profissional, ter acesso ao estudo, pode escolher se quer casar e constituir família ou não, consegue alcançar independência financeira, tem condições de viver sozinha, pode participar ativamente da vida política do país e as tarefas domésticas não são consideradas sua responsabilidade exclusiva.

Em algumas circunstâncias, ainda, observa-se que ela ainda não tem total autonomia para administrar sua vida e tomar os cuidados necessários para garantir a sua integridade física, emocional e psíquica, principalmente quando consideramos a vida privada. O crescimento da violência doméstica é um forte sinal de que a vida privada das mulheres não anda um mar de rosas. É importante ressaltarmos o posicionamento da pensadora Hannah Arendt (1981, p. 61):

Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública. No entanto, há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público: neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado.

CONCLUSÃO

Em *Inocência*, nota-se a violência de gênero praticada por homens contra as mulheres na busca por afirmar suas identidades femininas e masculinas, sendo que se pode apontar como principal agressor o pai, Seu Pereira. A violência explícita na narrativa ocorre em âmbito privado, e deve ser encarada como uma questão social.

A violência de gênero sempre se fez presente em nossa história, sendo tolerável pelo poder da cultura patriarcal, que se instala no nosso cotidiano, passando a ser uma coisa natural. Essa ordem patriarcal é garantida por meio de instituições como Escola, Igreja, Estado e Sociedade, tornando a instituição Família o espaço inicial no qual se processa essa experiência, dessa forma cumprindo a função básica da sociedade, de reprodução da espécie e transmissão da cultura.

A literatura consiste numa produção social, ela não é algo isolado. Pelo contrário, está diretamente relacionada ao contexto sociocultural, visto que ocupa um lugar significativo

em nossa vida social. Há uma relação íntima entre a linguagem e os fatores sociais. No entanto, ela transcende a perspectiva de comunicação e de expressão. Isto é, ela não se esgota por suas possibilidades comunicativas, visto que serve a uma variedade de propósitos, por exemplo, o registro da memória. A memória consiste no registro do movimento que o homem realiza na construção de sua história, o que engloba o registro das experiências vivenciadas, das ações efetuadas por uma sociedade num determinado tempo e espaço.

Innocence: traces of violence in Colonial Literature

Abstract – This paper aims to research the literature on violence in the work of the Innocence writer Viscount Taunay. In the analysis, important concepts related to gender violence to understand the construction of statutes and powers of the genre. It also analyzes the novel as the representations of gender identity models may impose including the strength and masculinity associated with the defense of honor through violence linked to femininity and motherhood, kindness, resignation, submission and passivity.

Keywords: violence, woman, Colonial Literature, patriarchalism, gender relations.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CERDEIRA, C. M. B. *Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira*. 2011. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Mar04_Artigos/Cleide%-20B%20Cerdeira.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B. et al. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. São Paulo: Zahar Editores, 1985.
- COUTINHO, A. (Dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1970. 1 v.
- DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- OLIVEIRA, R. D. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PEREIRA, L. M. *Prosa de ficção: história da literatura brasileira (de 1870 a 1920)*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1987.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província cisplatina e missões do Paraguai*. Tradução Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins, 1940.

SARLO, B. Literatura y autoritarismo. In: SARLO, B. et al. *Autoritarismo*. Buenos Aires: Goethe, 1991.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, p. 7-14, jul./dez. 1990.

SOUZA, V. Violência e resistência na literatura brasileira. In: SOUZA, V. *Os sentidos da violência na literatura*. São Paulo: LCTE Editora, 2007.

TAUNAY, V. *Inocência*. São Paulo: FTD, 1999.